

Qualidade do ensino: um indicador do sucesso escolar

*Eliane da Silva Soares**

*Lúcia Gracia Ferreira***

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar se o resultado da Prova Brasil (PB) de Língua Portuguesa dos alunos do 5º ano do ensino fundamental I representa para o Sucesso Escolar um indicador de qualidade. A pesquisa foi realizada no ano de 2012, em uma Escola Municipal de Itapetinga. A partir da análise documental verificamos o número de alunos aprovados por média, pela recuperação e pelo Conselho de Classe; e o resultado da PB do ano 2011, obtido através do site do INEP. Analisamos o sucesso pelo desempenho escolar mostrado através da Média Final e comparamos com a nota da PB. Percebemos que nenhum aluno foi reprovado em Português, mesmo a nota na PB tendo sido abaixo do esperado. Dessa forma, os resultados mostraram uma discrepância entre o desempenho desses alunos na escola e na PB, visto que esta última não reflete o sucesso escolar que os alunos obtiveram durante o ano letivo; além disso, tanto o sucesso quanto a qualidade adquirida pela escola eram questionáveis devido aos critérios de avaliação.

Palavras-chave: Indicadores de Qualidade. Prova Brasil. Língua Portuguesa.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. E-mail: elianesoares73@hotmail.com.

** Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutora em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Vitória da Conquista. Bolsista CAPES. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Líder dos Grupos de Pesquisas/CNPq: Docência, Currículo e Formação e Centro de Pesquisa e Estudos Pedagógicos. E-mail: luciagferreira@ufrb.edu.br.

Quality of education: a window of school success

Abstract

This work aims to analyze the outcome of the trial Brazil (CP) of Portuguese students in the 5th year of elementary school is for School Success an indicator of quality. The survey was conducted in 2012 in a Municipal School of Itapetinga. From the documentary analysis shows the number of students approved by average, the recovery and the Class Council; and the result of the PB of 2011, obtained through the INEP site. We analyze the success at school performance shown by the Middle Final and compared with the note of PB. We realize that no student failed in Portuguese, even the note in PB has been lower than expected. Thus, the results showed a discrepancy between the performance of these students in school and in PB, as the latter does not reflect the academic success that students obtained during the school year; Furthermore, both the success and the quality acquired by the school were questionable because of the evaluation criteria.

Keywords: Quality Indicators. Tasting Brazil. Portuguese.

Educación de calidad: Una ventana de éxito escolar

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el resultado del juicio de Brasil (CP) de los estudiantes portugueses en el quinto año de la escuela primaria es para el éxito escolar un indicador de calidad. La encuesta se llevó a cabo en 2012 en una Escuela Municipal de Itapetinga. A partir del análisis documental muestra el número de alumnos aprobados por término medio, la recuperación y el consejo de clase; y el resultado de la PB de 2011, obtenida a través del sitio de INEP. Analizamos el éxito en el rendimiento escolar se muestra por el medio y final en comparación con la nota de PB. Nos damos cuenta de que ningún estudiante falló en portugués, aunque la nota en PB ha sido menor de lo esperado. Por lo tanto, los resultados mostraron una discrepancia entre el rendimiento de estos estudiantes en la escuela y en PB, ya que éste no refleja el éxito académico de los estudiantes que obtuvieron durante el año escolar; Por otra parte, tanto el éxito y la calidad adquirida por la escuela eran cuestionables debido a los criterios de evaluación.

Palabras clave: Indicadores de Calidad. Brasil Demostración. Lengua portuguesa.

1 Introdução

A história da educação brasileira tem início quando é comparada com a educação mundial. Assim, consideramos importante, antes de qualquer coisa, perceber as motivações dos alunos e ir ao encontro do que os faz gostar da escola, verificando, também, porque razão o sucesso escolar é cada vez mais difícil de se alcançar. Conhecer os fatores que levam os alunos ao sucesso escolar é fundamental para se averiguar e identificar a eficiência dos índices da qualidade de ensino. Sendo a escola um ambiente semelhante para todos os alunos, por que nem todos são beneficiados? O que impede o sucesso escolar de fazer parte da vida de todos?

Esses questionamentos e o tema qualidade de ensino, além da forma como esta qualidade é avaliada, nos motivaram na realização desta pesquisa. Procuramos entender como o Brasil vem demonstrando, por meio da imprensa, que na educação brasileira são realizados investimentos, a cada ano, em programas com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino, apresentando percentuais referentes ao programa executado. Neste estudo, buscamos confrontar os dados de uma avaliação externa com os dados de uma avaliação interna. Esse confronto é importante para que não venhamos a nos acomodar com os dados já prontos, sem fazer questionamentos e comparações pertinentes. Não podemos concordar apenas com números que apontam que tudo está indo bem, que a nossa qualidade de ensino melhora a cada ano, se não analisarmos o que a realidade escolar apresenta tanto de modo geral como particular.

Para tanto, analisamos o desempenho dos alunos do 5º ano na disciplina Língua Portuguesa de uma instituição pública do ensino fundamental da rede municipal da cidade de Itapetinga, na Bahia, durante o ano 2011, e relacionamos com os resultados da avaliação externa – Prova Brasil (PB), buscando uma referência para a qualidade do ensino de Língua Portuguesa como indicador do sucesso escolar. Nessa perspectiva, realizamos um estudo teórico sobre qualidade de ensino e o sucesso escolar; em seguida, identificamos o desempenho escolar dos alunos e o desempenho na Prova Brasil; e, por fim, ana-

lisamos se a qualidade de ensino tem sido um indicador do sucesso escolar.

Atualmente, possuir um bom emprego depende muito da sua formação escolar. Ingressar na educação dependerá de uma série de fatores sociais, presentes no contexto em que a pessoa está inserida. Sendo assim, é necessário estarmos atentos quanto ao fato da escola oferecer, ou não, melhor qualidade de ensino e até mesmo analisar a eficiência dos gestores no decorrer dos anos. Mas tudo isso se torna difícil se não tivermos dados que sirvam de base e critério para a escolha uma escola de qualidade para o ingresso de nossas crianças. O governo, através de programas de educação, busca elevar o índice da qualidade de ensino, mas será que está realmente dando resultado? Essas provas avaliativas terão uma importância efetiva quando forem confrontadas com a realidade de cada ambiente escolar? É preciso analisar o que vamos oferecer para essas crianças. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) terá que investir e averiguar os seus programas para verificar se há uma maior qualidade de ensino, se está havendo um avanço positivo, se os nossos estudantes estão tendo sucesso na vida.

O trabalho aqui exposto trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. A fase inicial do trabalho centrou-se no levantamento bibliográfico, focando nos estudos sobre a qualidade de ensino e o sucesso escolar. Os estudos também se basearam na identificação dos programas do governo, a fim de obter informações sobre o êxito de seus objetivos e ações.

Ressaltamos que esta pesquisa foi realizada no ano de 2012 no município de Itapetinga, localizado no Centro-Sul do Estado da Bahia, a 562 km da capital do Estado, Salvador. A cidade possui uma área total de 1.627,462 km² e apresenta uma população de 68.314 mil habitantes, conforme Censo 2010 (BRASIL, 2010); apresenta um clima tropical atlântico e a economia itapetinguense é movimentada pela pecuária, comércio e indústria de calçados que obtêm 56,36% de participação econômica.

O trabalho foi desenvolvido em uma escola da rede pública municipal, da cidade de Itapetinga, localizada num

bairro distante do centro, considerado periférico. O foco da pesquisa foi o rendimento escolar dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, principalmente o desempenho dos mesmos nas avaliações internas e externas.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos a fonte documental – caderneta escolar. E, baseado nesses documentos, examinamos as notas dos alunos e fizemos um estudo, junto com a direção e os professores da escola.

Para redefinir ainda mais a pesquisa, dentre os programas do governo consideramos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em que são utilizados os dados da Prova Brasil, que avaliam o Português e a Matemática, e entre essas consideramos apenas a avaliação de Português.

Na coleta de dados, primeiramente, fizemos uma visita até a escola já citada, a fim de ter acesso aos documentos que relatam o desempenho dos alunos do 5º ano de 2011, na disciplina Português, podendo ser caderneta ou histórico escolar dos mesmos. Por meio desses documentos, foi possível verificar informações sobre as estatísticas de aprovação, evasão e recuperação. Assim, esse dado foi ajustado por percentual, ou seja, o percentual de alunos que foram aprovados por média escolar, por recuperação em Português, e os evadidos.

Depois, realizamos uma pesquisa no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), visando conhecer os critérios de avaliação da Prova Brasil e os resultados da escola pesquisada. Analisamos somente a avaliação relacionada a Português. De posse das informações da escola e da Prova Brasil realizamos uma comparação dos dados, buscamos relacioná-los, descrevê-los e analisá-los em relação à influência do ensino na escola, de onde retiramos os dados relacionados ao desempenho dos alunos e à Prova Brasil; dessa forma, comparamos os resultados de um com o outro.

Na análise dos dados fizemos um confronto entre as médias dos alunos na disciplina da Língua Portuguesa, principalmente os que passaram direto, ou seja, alcançaram a média exigida pela escola, com a nota divulgada pelo IDEB.

2 Sucesso escolar e qualidade da educação: aspectos do ensino de língua portuguesa

2.1 Sucesso Escolar

As pessoas que conhecemos sonham, em algum momento, com o sucesso: querem ter sucesso na vida, que seu time de futebol tenha sucesso e, no futuro, que seus filhos tenham sucesso, especialmente na vida profissional. O sucesso é uma palavra abstrata que, conforme o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1975, p. 1333), significa: bom êxito, resultado feliz.

Ainda no que se refere ao sucesso escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 2º, afirma que:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Então, temos na Lei um objetivo que é proposto para atingir o sucesso na formação do aluno pelo Estado. Já Lahire (1996 apud CARVALHO, 2010, p. 03) comenta que o fracasso escolar e o sucesso escolar são ideias vagas, pois o “sentido e as consequências do ‘fracasso’ e do ‘sucesso’ variam historicamente”.

Na variação histórica podemos falar da situação do mercado de trabalho e na variação social poderemos abordar a diferença entre as famílias (pobres e ricas), por exemplo. Sendo um fato social, ressaltamos o que propõe o teórico Vygotsky, ou seja, concebe o homem como um ser histórico e produto de um conjunto de relações sociais e situa-se na compreensão de como os fatores sociais podem modelar a mente e construir o psiquismo. Na sua formulação da teoria histórico-cultural, o teórico empreende um estudo sobre o desenvolvimento intelectual do homem, onde analisa as relações entre a aprendizagem e o desenvolvimento.

A partir da formulação da teoria histórico-cultural, Vygotsky empreende um estudo original e profundo

sobre o desenvolvimento intelectual do homem, cujos resultados demonstram ser o desenvolvimento das funções psicológicas superiores um processo absolutamente único. Na aprendizagem, os estudos são importantes e nisso Vygostky é inquestionável. Segundo Vygotsky (1984 apud SAMIA, 2009, p.75), “o bom aprendiz é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento”. E ainda afirma:

Desse ponto de vista aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VYGOTSKY, 1984 apud SAMIA, 2009, p. 75).

Vygotsky confirma que a aprendizagem é mais que necessária à aquisição da capacidade de pensar, é como se a aprendizagem devesse se adiantar ao desenvolvimento do aprendiz. Na relação em que o aluno sai do ambiente familiar para entrar no ambiente escolar um dos pontos fundamentais para o alcance do sucesso escolar é que o aluno tenha uma boa base familiar, seja com os pais ou com algum parente próximo que o incentive na busca de um ideal.

Lahire (1997 apud CARVALHO, 2010), em uma pesquisa realizada com crianças consideradas de sucesso, constatou que havia famílias que iam a bibliotecas, pais que davam livros de presente para os seus filhos, além de lerem o mesmo livro para comentarem juntos. Bem como crianças que tinham o mesmo incentivo e não demonstraram nenhum tipo de interesse pela aprendizagem. Entendemos, portanto, que independente da condição financeira dos pais, o exemplo familiar é extremamente importante.

Um ponto fundamental para o sucesso de uma criança é o seu próprio interesse em aprender, sua força de vontade. A criança tem um papel importante em seu sucesso escolar, ela precisa acreditar em si mesma, in-

teriorizar a necessidade do estudo, da leitura e da regularidade. Lahire (1997 apud CARVALHO, 2010) percebe que algumas crianças que apresentam sucesso escolar interiorizaram certas regras em forma de “necessidades pessoais”. O autor realça a necessidade da criança desenvolver a autonomia para que ela aprenda a se “virar sozinha”, buscando entender suas deficiências para poder saná-las, procurando fazer uso dos recursos que estão a sua disposição.

Os estudos sobre o sucesso escolar ou trajetórias escolares bem-sucedidas nas camadas populares mais baixas são menos frequentes. Pesquisas sobre esse tema apontam os poucos conhecimentos existentes a respeito e a necessidade de novas investigações. Souza (1991 apud PEREIRA, 2005) investigou o sucesso escolar por intermédio de professoras bem-sucedidas e esse trabalho apontou uma lacuna na literatura educacional sobre o tema “bom aluno”. A partir daí, esse espaço foi escassamente preenchido, já que, no Brasil, a iniciativa de transformar o sucesso escolar das camadas populares mais baixas em objeto de estudo é pequena e, no exterior, a produção de conhecimento nesse campo, como a pesquisa realizada por Lahire (1997 apud PEREIRA, 2005), ainda é rudimentar.

Entre as várias explicações para o sucesso escolar existem discussões a respeito do fracasso; logo, discutindo sobre o fracasso encontraremos explicações para o sucesso. Segundo Pereira (2005), o aluno que fracassa não consegue cumprir as exigências escolares e aprender o que a escola e, por extensão, a sociedade valorizam como saberes fundamentais e legítimos.

Assim, pensar em identificar os alunos de sucesso de uma escola pública é resolver a problemática de como os fatores sociais influenciaram no seu desenvolvimento do processo escolar ao sucesso – o que os indicadores da qualidade de ensino comprovam. O agravante do problema é o ensino da rede pública, pois a defasagem do ensino é gritante, se comparado ao ensino particular. Segundo Parandekar (2008), o baixo rendimento dos alunos no ensino das redes públicas no Brasil vem sendo atribuído às más condições socioeconômicas dos

alunos e ao fato de que estes estudantes vêm de famílias pobres, tendo os pais um baixo nível de escolaridade. O governo vem investindo na melhoria da qualidade do ensino: desenvolve projetos, coloca livros didáticos à disposição do aluno, faz avaliações para medir a qualidade, mas a educação avança a passos lentos. O autor acredita que o sistema educacional deve contribuir para que as crianças saiam de seu estado social de nascimento e desenvolvam habilidades que lhes possibilitem ter uma vida melhor do que a de seus pais. Ainda que não seja verdade que todas as crianças oriundas de famílias pobres tenham um desempenho escolar baixo.

Carvalho (2010, p. 307), abordando a qualidade de ensino na escola pública, sinaliza que “os problemas da qualidade de ensino público em momento algum se divorciam da compreensão histórica dos processos sociais, políticos e institucionais que marcaram a luta pela universalização do acesso à educação”. Destaca-se que nosso governo tem como iniciativa o desenvolvimento de programas, com a finalidade de conhecer a realidade da Educação Brasileira, obtendo, dessa forma, índices que, ao serem analisados, permitem ao próprio governo decidir, com base nos dados obtidos, se deve investir em melhorias no campo extenso da educação.

O Ministério da Educação, preocupado com a qualidade do ensino, criou vários órgãos para poder desempenhar o seu papel de melhorar o índice de qualidade de ensino no Brasil. INEP, criado em 1984, tem o objetivo administrativo, é um instrumento de pesquisa que segue elaborando estudos, que analisa os dados das avaliações externas. O INEP tem a sua pesquisa de domínio científico em aspecto social e natural e tem por objetivo desenvolver, ou melhor, resolver as problemáticas do país e incentivar a valorização do recurso humano.

O Ministério da Educação também faz uso do IDEB que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que foi criado pelo INEP, em 2007, e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele se agrega ao enfoque pedagógico dos resultados

das avaliações em larga escala do INEP, e à possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP, do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) para as unidades da federação e para o país, e da Prova Brasil para os municípios.

O sucesso escolar é um dos primeiros passos que uma criança pode dar para ter um futuro brilhante. Desse modo, o que esta pesquisa vem desvendar, mesmo diante das dificuldades que o país impõe às nossas crianças, principalmente as crianças que estudam na rede pública, é a existência de crianças dotadas de inteligência suficiente para quebrar uma estatística (muito alta) em que o fracasso escolar decola. A perspectiva que pretendemos apresentar aqui é a de que, diante de um quadro de fracassos escolares, existe, também, a presença do sucesso escolar.

2.2 Qualidade da Educação

A qualidade de ensino na educação deixa de ser um assunto restrito aos profissionais da educação, uma vez que se torna objeto de atenção dos mais variados segmentos da sociedade, tendo uma presença visível dos meios de comunicação. Em todos os novos dados estatísticos, referentes aos resultados das avaliações realizadas pelo governo, à disposição da sociedade para consulta, confirma-se a crença em uma queda constante e significativa no nível de desempenho dos alunos, reforçando a sensação de que nossas escolas públicas têm sido incapazes de oferecer um ensino de qualidade à população. A palavra qualidade comporta diversos significados e, por isso, tem o poder de causar falsos acordos, na medida em que possibilita interpretações diferentes do seu significado. Ela pode ser utilizada no processo de produção, o que podemos chamar de qualidade de produção, também pode ser relacionada ao melhor processo para se atingir o fim desejado e daí poderão chamar de qualidade de processo. Mas queremos, nesta pesquisa, enfocar a qualidade e o seu significado na educação, onde

tentaremos ter uma noção do que seja qualidade de ensino (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2003).

A Constituição Federal de 1988, alterada pela emenda constitucional nº. 14 de 1996, informa que os governantes podem ser responsabilizados juridicamente pelo seu não oferecimento ou por sua oferta irregular aos alunos do ensino fundamental; além disso, a Carta de 1988, e sua alteração pela emenda, acrescenta que o direito à educação não abrange só a garantia do aluno ao ensino fundamental, mas também a garantia de padrão de qualidade, como um dos princípios que estruturam o ensino (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2003).

Beisiegel (1981 apud OLIVEIRA; ARAUJO, 2003) afirma que a incorporação quase completa de todas as etapas obrigatórias de escolarização fez surgir o problema da qualidade do ensino, principalmente nas escolas públicas; em outras palavras, ao ter que oferecer todas as etapas do ensino aos estudantes, desde as séries iniciais até o Ensino Médio, o governo adquiriu um maior compromisso com a educação, tanto em aspectos financeiros como sociais, sobrecarregando-o, e, de certa forma, comprometendo sua eficiência em virtude dessa ampliação. O autor conclui que o problema da qualidade de ensino em momento nenhum se divorciou da compressão histórica dos processos sociais, políticos e institucionais que marcaram a luta pelo acesso à educação.

Nesse sentido, Oliveira e Araujo (2003) informa que, no Brasil, a qualidade de ensino foi percebida de três formas: uma qualidade determinada pela oferta insuficiente; a qualidade percebida pelas disfunções no fluxo ao longo do ensino fundamental; e a qualidade por meio da generalização de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados. Ademais, para se compreender melhor a noção de qualidade na educação, são utilizados os indicadores, ou seja, exames ou avaliações (internas e externas) utilizados socialmente, a fim de se obterem dados objetivos.

Assim, o primeiro indicador foi implementado em razão da oferta insuficiente de vagas para os candidatos em idade escolar, em que a noção de qualidade, para o

Brasil, implicava uma escola cujo acesso era insuficiente para atender a todos. Então a definição de qualidade era dada pela possibilidade ou impossibilidade de acesso. Quando uma grande parcela da população obteve acesso à educação, sendo grupos diferentes de usuários da escola, houve um processo de expansão das oportunidades, mas foram mantidas as contradições e as diferenças, presentes na sociedade, o que significou ampliação do acesso à educação, porém com pouca eficácia para todos os inseridos nesse ambiente.

Dessa forma, as reivindicações populares pressionam o governo a criar medidas – política educacional –, a fim de que mais escolas sejam construídas, deixando a melhoria da qualidade de ensino em segundo plano. Visto que nossos políticos primaram pela construção de mais escolas, tornou-se forçosa, também, a necessidade de se ter uma qualidade de ensino. Com a introdução de classes populares consideradas baixas nas instituições de ensino públicas, houve a incorporação de uma nova cultura e isso gerou obstáculos relativos ao prosseguimento dos estudos desses novos usuários da escola pública, uma vez que a heterogeneidade de usuários, quanto ao nível socioeconômico, cultural, conhecimentos prévios dos alunos, desempenho escolar variado, fez, por exemplo, com que em uma turma alguns alunos ficassem mais à frente e outros para trás nos estudos.

Com o tempo, apesar desses obstáculos, ocorreu a democratização do ensino, que transferiu a relevância do acesso para o sucesso, e isso levou a outro conceito de qualidade, agora relacionando às disfunções no fluxo, que era definido a partir da comparação entre a entrada e a saída de alunos do sistema de ensino, conforme idade escolar e tempo de permanência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, adotou ciclos, promoções automáticas e programas de aceleração da aprendizagem, no intuito de sanar a problemática da falta de qualidade, mas esses programas, na verdade, só impactaram nos índices que incidiram na produtividade dos sistemas, uma vez que esses mesmos índices deixaram de ser uma medida adequada para comparar a qualidade.

Em decorrência dessa dificuldade, foi introduzido um novo indicador de qualidade na educação brasileira, dessa vez a qualidade era indicada pela capacidade cognitiva dos alunos, aplicando testes padronizados em larga escala, nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) para o Ensino Superior. Esse novo indicador de qualidade não foi bem aceito pelos nossos profissionais, pois não faz parte da nossa história e da nossa cultura educacional medir a qualidade, além disso, não há, de fato, a crença de que isto possa eliminar as fortes desigualdades regionais e internas dos próprios sistemas educacionais. Destacamos que a correção do fluxo escolar atingiu apenas uma parte do quadro injusto da educação brasileira, fazendo com que o direito à educação cumpra apenas de forma precária e pouco efetiva o seu ideal de igualdade e liberdade.

2.3 Prova Brasil

Os Indicadores da Qualidade na Educação, resultado da parceria entre várias organizações governamentais e não governamentais, têm o objetivo de ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da escola. Esses indicadores revelam aspectos da realidade, podendo qualificar o sucesso escolar do aluno. Desse modo, possuem uma forma simples e acessível de avaliar o que vai bem e o que vai mal na escola, de forma que todos tomem conhecimento e tenham condições de discutir e decidir sobre as prioridades de ação para melhorá-la (UNICEF; PNUD; INEP-MEC, 2004).

Nessa perspectiva, vale diferenciar o que é avaliação interna e externa. Avaliação interna é realizada pelo professor, acontece em sala de aula e corresponde à verificação da aprendizagem dos alunos. Ela acontece intencional e sistematicamente e o professor pode recorrer a diferentes instrumentos avaliativos. A avaliação interna permite ao professor verificar como o processo de ensino e aprendizagem tem ocorrido na sala de aula, fornecendo informações específicas que refletem o seu próprio trabalho e a realidade dos educandos. São múltiplos os modos de uso dessa avaliação e suas diferentes formas

– provas abertas ou objetivas, observação e registro, autoavaliação e outros. Os resultados da avaliação interna fornecem informações importantes para o professor, no intuito de avançar em suas práticas pedagógicas e identificar o desempenho de cada aluno, possibilitando o planejamento e a discussão de ações específicas para cada caso.

Avaliação externa, também conhecida como avaliação em larga escala, é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Sua meta é verificar o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas nas unidades escolares, um retrato de seu desempenho. O seu objetivo é assegurar a qualidade da educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Sua característica é avaliar as redes ou sistemas de ensino, indo além da sala de aula. Ela requer metodologia e instrumentos específicos de análise que possibilitem a manutenção da comparabilidade dos resultados que servem como subsídios para a tomada de decisões destinadas à melhoria no sistema de ensino e nas escolas. Com os resultados das avaliações externas é possível construir indicadores nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A Prova Brasil é uma avaliação externa e é organizada pelo INEP em parceria com todas as redes de ensino público. Ela foi concebida para atender à demanda dos gestores públicos, dos educadores, dos pesquisadores e da sociedade em geral, por meio de informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, bem como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Vale destacar que a Prova Brasil é realizada a cada dois anos, e é aplicada somente nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Na disciplina Língua Portuguesa, o teste avalia as habilidades e competências definidas em

unidades chamadas descritores, agrupadas em tópicos que compõem a Matriz de Referência¹, que são discutidas pelo MEC/INEP.

As matrizes de Língua Portuguesa da Prova Brasil e do Saeb estão estruturadas em duas dimensões. Na primeira dimensão, que é “objeto do conhecimento”, foram elencados seis tópicos, relacionados a habilidades desenvolvidas pelos estudantes. A segunda dimensão da matriz de Língua Portuguesa refere-se às “competências” desenvolvidas pelos estudantes. E dentro desta perspectiva, foram elaborados descritores específicos para cada um dos seis tópicos (Quadro 1).

Quadro 1: Descritores para Língua Portuguesa.

<p>Descritores do Tópico I. Procedimentos de Leitura:</p> <p>D1 – Localizar informações explícitas em um texto. D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão. D4 – Inferir uma informação implícita em um texto. D6 – Identificar o tema de um texto. D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.</p> <p>Descritores do Tópico II. Implicações do Suporte, do Gênero e /ou do Enunciador na Compreensão do Texto:</p> <p>D5 – Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadradinhos, foto, etc.). D9 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.</p> <p>Descritores do Tópico III. Relação entre Textos:</p> <p>D15 – Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.</p> <p>Descritores do Tópico IV. Coerência e Coesão no Processamento do Texto:</p> <p>D2 – Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. D7 – Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa. D8 – Estabelecer relação causa /consequência entre partes e elementos do texto. D12 – Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.</p> <p>Descritores do Tópico V. Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido:</p> <p>D13 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados. D14 – Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras.</p> <p>Descritores do Tópico VI. Variação Linguística:</p> <p>D10 – Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.</p>
--

Fonte: <http://download.inep.gov.br/educacaobasica/provabrasilsaeb/menudoprofessor/prova_lingua_portuguesa/Matriz_LP_4a_serie_PROF.pdf>.

Nos testes de Língua Portuguesa da Prova Brasil o foco é a leitura. Seu objetivo é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. A escolha desse foco de verificação se justifica pela proposição de que ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, em qualquer situação de comunicação. Também são coletados dados sobre a situação socioeconômica do aluno, através de um questionário, buscando analisar se há alguma influência social no sucesso ou fracasso escolar do aluno.

O INEP é responsável pela produção dos dados da Prova Brasil, ele apresenta para as escolas a distribuição percentual de alunos aos níveis da escala de desempenho que é fornecido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) – medida de proficiência. Essa escala apresenta 9 níveis de proficiência na disciplina Língua Portuguesa² e cada nível é medido pela variação de 25 pontos na escala do SAEB.

A medida dos níveis inicia-se na pontuação 125, pois valores inferiores não são típicos para alunos do 5º ano. O intervalo de cada nível é de 25 pontos. Essa etapa de comunicação e publicidade dos resultados é de fundamental importância para que a escala cumpra seus objetivos principais. Portanto, a escala deve estar organizada e disposta de modo que reflita os desafios de cada etapa da aprendizagem, de cada série avaliada, de cada etapa do desenvolvimento cognitivo típico do conteúdo que avalia.

3 Prova Brasil e sucesso escolar: considerando os dados

Quanto à análise dos dados, inicialmente, verificamos a média de alunos por turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola do município de Itapetinga-BA, no ano de 2011, onde a escola dispõe de 3 (três) turmas no turno vespertino: turma A: 36 alunos; turma B: 36 alunos; e turma C: 35 alunos. O número de alunos por turma é alto e pode prejudicar o atendimento do professor e o desenvolvimento do seu trabalho docente, buscando a qualidade, mas a diferença entre o número de alunos por turma é praticamente inexistente se comparado a outras

turmas e escolas, portanto não discutiremos esse aspecto neste trabalho.

Posteriormente, foram avaliadas as notas dos alunos, referentes às quatro unidades, por turma, e foi observado o total de pontos de cada aluno. Ainda analisamos como os alunos obtiveram a média da escola; já que todos foram aprovados, procuramos saber se foi uma aprovação direta ou via recuperação e se houve alguma desistência (evasão).

Assim sendo, a turma A iniciou com 36 alunos, depois houve 2 desistências, ficando um total de 34 alunos. Desse, 29 alunos passaram direto, ou seja, durante o ano letivo, alcançaram, na soma dos pontos obtidos durante as quatro unidades, um total que ficou igual ou acima do que é estipulado – 24 pontos (média da escola para aprovação é 7,0), totalizando um percentual de 85%; e cinco alunos passaram na recuperação, perfazendo um total de 15%.

A turma B, tinha 36 alunos; desses, 23 alunos passaram pela média, representando 64% e 13 alunos passaram pela recuperação, sendo 36%. Já a turma C possuía 35 alunos, 26 desses passaram pela média, ou seja, 74%, e 9 alunos passaram pela recuperação, ou seja, 26%. Dessa forma, só verificamos evasão na turma A e o percentual de evasão é considerado extremamente baixo, de 2%. Conforme dados, nessa escola não houve reprovados e não existe nela recuperação final, ou seja, aquela realizada ao final das quatro unidades e, sim, recuperação paralela, realizada de duas em duas unidades. Não foi necessária a aprovação de alunos por meio do Conselho de Classe.

Os números expressam o que já propõem as políticas educacionais, que os alunos sejam aprovados em maior número possível, pois “a qualidade da educação e do rendimento escolar é um dos aspectos importantes previstos na legislação educacional e nas políticas públicas educacionais vigentes, assim como nos planos e programas de governos” (SOUZA; FREITAS, 2009, p. 15). Faz parte dos planos governamentais, como meta, que os alunos sejam aprovados.

Se avaliarmos bem, dissemos alunos aprovados e não alunos que aprenderam. Essa avaliação é importante porque nem sempre os rendimentos expressos na escola, através das notas dos alunos, refletem, de fato, as suas aprendizagens, seja estando acima ou abaixo da média.

Algumas políticas públicas educacionais são implementadas para a melhoria da educação brasileira, entre elas a política de Formação de Professores e a política de Formação de Leitores, por exemplo. As escolas precisam cumprir essas políticas, quando traçam metas e objetivos no Projeto Político-Pedagógico, por exemplo, pois elas estão em regime de colaboração com a comunidade ao redor da escola, buscando cumpri-las. Isso é necessário para a melhoria do ambiente escolar e do processo ensino-aprendizagem. As políticas públicas, quando colocadas em prática, têm o papel de transformar a sociedade (SOUZA; FREITAS, 2009).

Conforme o INEP, o desempenho dos alunos do 5º ano é classificado a partir de quatro níveis de proficiência, sendo: insuficiente; básico; proficiente e avançado, como mostra o Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Descrição dos níveis de proficiência

Português – 5º ano	Nível
Insuficiente	125-150
Básico	150-200
Proficiente	200-250
Avançado	250-325

Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/12/20/entenda-o-que-cada-nivel-de-desempenho-quer-dizer.htm>>.

Vale, ainda, ressaltar que a escola pesquisada vem demonstrando avanço e queda no seu índice de desempenho, conforme avaliação realizada pelo IDEB, como demonstrado no site do INEP.

Conforme divulgação do INEP, no ano de 2007 a referida escola obteve nota 4,6 no índice de seu desempenho escolar; já no ano de 2009, a nota alcançada foi de 4,4, o que demonstra uma queda no desempenho de 4,35%, mas, em 2011, a recuperação foi visível, com uma nota de 5,2. Apesar desse último índice de desempenho ter

sido considerado bom a nível municipal (foi a melhor nota do município), a nível nacional é um índice considerado baixo, já que a nota considerada boa pelo INEP é de 6,0. A escola pesquisada teve a melhor nota entre as outras escolas do município, mas não em relação à nota obtida, se comparada a outros municípios do Brasil.

Neste trabalho, o foco não é a nota do IDEB e, sim, da Prova Brasil (PB). O IDEB leva em consideração, para estabelecer a qualidade da educação, a nota da PB, mais o índice de reprovação e evasão. Nada mais é estabelecido como fator importante, preponderante para que esta qualidade aconteça, nem mesmo os indicadores da qualidade que o próprio sistema inventou, sendo eles: a formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, a gestão escolar democrática, o ambiente educativo, o ambiente físico escolar, a avaliação, a prática pedagógica, o acesso, a permanência e o sucesso na escola.

Isso nos leva a refletir sobre a qualidade da educação, pois os indicadores de qualidade foram criados para ajudar a comunidade escolar na busca de melhorias da qualidade da escola e esses indicadores são “sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo” (AÇÃO EDUCATIVA, 2004, p. 05). O sistema deveria levá-los em consideração na avaliação da qualidade da educação.

Dos 107 alunos matriculados, 105 fizeram a Prova Brasil no ano de 2011. A nota alcançada corresponde a 191,1 – o que demonstra que os alunos estão no nível equivalente ao 3. Sousa e Freitas (2009) comenta as metas estabelecidas pelo movimento Todos pela Educação que diz que 200 é o nível mínimo a ser alcançado pelos alunos do 5º ano do ensino fundamental. Assim, vale ressaltar que a referida escola não alcançou o nível mínimo na PB, o que é preocupante, já que em 2007 a nota foi 186,89 e em 2009 foi 191, ou seja, o aumento não foi significativo, pois foi mínimo e o aluno permaneceu no mesmo nível (3).

É necessário pensarmos no que a escola pode fazer para melhorar esses índices e o que esta escola já vem fazendo para buscar a melhoria, mas isso não é foco da discussão

deste trabalho. Vimos que acabam sendo incoerentes os critérios utilizados pelo IDEB para avaliar se a escola é ou não de qualidade. Vejamos. A meta do IDEB para esta escola no ano de 2011 era 5,2 e a escola alcançou nota de 5,2, segundo os critérios do IDEB, ou seja, alcançou a qualidade. Mas em relação ao Brasil, cuja meta era 6,0 ela não é considerada uma escola de qualidade. Como uma escola que está abaixo do nível mínimo para a sua série pode ser considerada uma escola de qualidade? Vale enfatizar que na PB a nota em 2011 foi de 191,1, correspondente ao nível 3, e que não houve, durante três anos consecutivos, mudança de nível. Gostaríamos, aqui, de levar o leitor a pensar em que consiste, de fato, a qualidade da educação e refletir se os critérios estabelecidos para tal avaliação têm sido coerentes. Em nossa concepção não são coerentes e os dados mostram isso.

Quanto aos níveis de proficiência, segundo Sousa e Freitas (2009, p. 97): “sinteticamente, a proficiência corresponde às ideias de competência, habilidade, capacidade e desempenho”. Dessa forma, quanto à distribuição dos alunos por nível de proficiência, a escola citada teve 04 (quatro) níveis qualitativos de proficiência. O aprendizado adequado engloba os níveis proficiente e avançado.

O primeiro nível é o Insuficiente que vai de 125 a 150 pontos na escala da Proficiência. Os alunos que atingem essa pontuação são considerados insuficientes, ou seja, não têm domínio dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar em que se encontram. O segundo nível é o Básico, esse vai de 150 a 200 pontos, nele os alunos que atingiram essa pontuação demonstraram que possuem um desenvolvimento parcial dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar. O terceiro nível é o Proficiente que vai de 200 a 250 pontos, nele os alunos demonstram conhecimento e domínio dos conteúdos, competências e habilidades requeridos para a série escolar. E o quarto nível é o Avançado que vai de 250 a 325 pontos e neste nível os alunos demonstram um conhecimento, um domínio dos conteúdos, uma competência e uma habilidade além do requerido para a série escolar em que se encontram. O Quadro 3, a seguir, apresenta a distribuição dos alunos por nível de proficiência.

Quadro 3: Distribuição dos alunos por nível de proficiência

2011 – Português – 5º ano	98 % (105 alunos)
Insuficiente	10 % (10 alunos)
Básico	51 % (55 alunos)
Proficiente	35 % (38 alunos)
Avançado	4 % (4 alunos)

Fonte: <www//sistemasprovaBrasil2.inep.gov.br/resultados/>.

A escola supracitada alcançou a meta do IDEB para o ano de 2011, sendo a escola com maior nota do município de Itapetinga. Com essa nota ela se aproxima da média do Brasil, mas não avança na nota para mudança nos níveis de desempenho. O Quadro 3, acima, demonstra que 61% dos alunos estão abaixo do nível de proficiência mínimo de aprendizagem. Isso nos leva também a questionar: o que esses alunos aprendem na escola? Como eles aprendem? E a resposta está ligada a alguns fatores que, conseqüentemente, estão ligados aos indicadores da qualidade. Será que o problema está no fator avaliação? Ou gestão escolar democrática? Ou formação e condições de trabalho dos profissionais da escola? Ou liga-se aos outros indicadores? Esses questionamentos foram levantados para refletirmos sobre a qualidade do ensino das nossas escolas e os fatores que interferem diretamente para que essa qualidade seja alta ou baixa, mas que não é foco deste estudo. A intenção é apenas instigar o leitor.

Além da discrepância já apresentada acima, também encontramos outra que relaciona o desempenho dos alunos à nota da PB. A nota da PB foi baixa, mas o desempenho dos alunos na escola, foi considerado bom, o que demonstra, a princípio, que o desempenho dos alunos na escola não reflete na nota da PB.

Isso nos levou a refletir sobre as avaliações internas, aquelas estabelecidas pela escola, pois a avaliação externa (PB) aqui analisada já tinha os seus critérios conhecidos. Para tanto, foi necessário voltar à escola, verificar as cadernetas e solicitar, junto com essa nova verificação, um suporte para entender como cada nota foi parar ali. Entendemos que são feitas por unidades duas avaliações, um teste e uma prova; dessas avaliações é retirada a média e soma-se à média qualitativa do aluno. A

qualitativa funciona como pontos a mais, além da média adquirida pelo aluno, e não como uma terceira avaliação que deve ser somada, e dela é retirada a média.

Primeiro, a forma de avaliação proposta nos leva a questionar: por que o desempenho do aluno é bom na escola e na PB não? Na escola, os professores e os gestores podem até facilitar a vida escolar do aluno, mas o reflexo do que ele sabe e do que ele não sabe, de fato, respinga, a nível nacional, na avaliação da PB. E uma maior confirmação disso é percebida no fato de mais de 60% dos alunos dessa escola, no ano de 2011, terem ficado abaixo do nível de proficiência considerado mínimo.

Ferreira (2012), ao realizar uma pesquisa no município de Itabuna, na Bahia, buscando conhecer em quais aspectos os resultados da Prova Brasil de Matemática de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental refletiam o desempenho alcançado por esses alunos na escola, percebeu que a PB refletia, sim, o desempenho obtido na escola. O grande número de alunos que tiveram que realizar a prova de recuperação, passar pela avaliação do Conselho de Classe e que foram reprovados mostrou que o típico resultado da disciplina de Matemática era a imagem do resultado da PB. Isso é preocupante, mas pelo o menos a escola não fornece uma nota pronta para os alunos, todas são conseguidas por eles.

Neste trabalho, sobre a qualidade de ensino da disciplina de Língua Portuguesa, torna-se perceptível que o sucesso escolar alcançado foi camuflado por critérios de avaliação que não correspondem à realidade dos resultados. O sucesso, na verdade, não é o sucesso, tanto no que se refere ao desempenho dos alunos na escola, expresso através das notas, quanto na PB. Quanto ao primeiro, porque alunos, cuja média seria 7,0, são simplesmente aprovados porque é somado junto a essa média um, dois, três ou quatro pontos (de qualitativa). E quanto ao segundo, porque a nota da PB, que está abaixo do nível desejável não é divulgada e não se trabalha a partir dessa nota, e, sim, a partir da nota do IDEB. O que acaba aumentando a nota do IDEB em relação à nota da PB alcançada, que é baixíssima, ou melhor, o número inexistente de reprovação e quase inexistente de evasão.

4 Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi analisar se os resultados da Prova Brasil da disciplina Língua Portuguesa de alunos do 5º ano refletem o desempenho alcançado por eles na escola durante o ano letivo. Por meio dos dados coletados na escola, nesta pesquisa, observamos que não houve evasão, que todos os alunos foram aprovados e que não houve aprovação pelo Conselho de Classe.

A análise destes dados nos permitiu uma ponderação sobre o que pode ter ocorrido na escola para que os alunos de 2011 não tivessem alcançado um bom desempenho na Prova Brasil, já que nas avaliações internas tiveram notas excelentes. Houve uma melhora (insignificante) nas notas da Prova Brasil dos anos anteriores, mas, mesmo assim, verificamos que houve uma discrepância entre as avaliações internas e as avaliações externas.

Então, percebemos que estes alunos tiveram um bom desempenho escolar somente quando avaliamos a nota descrita na caderneta. Ao avaliarmos como essas notas foram adquiridas, percebemos que a escola vem buscando a aprovação desses alunos, sendo conivente com o baixo desempenho dos alunos nas avaliações internas.

O sucesso escolar demonstrado pela escola é, na verdade, um fracasso camuflado, já que os critérios estabelecidos pela escola para obter a média das avaliações internas incluem um somatório de pontos a mais sobre ela e não para ela, e também a avaliação externa mostra esse fracasso adquirido nos últimos três anos.

As dificuldades de mudarem de nível de proficiência demonstram que a escola não tem feito ou não tem conseguido realizar intervenções que provoquem essas mudanças. Os conteúdos de Língua Portuguesa cobrados na PB são aqueles que deveriam ser do conhecimento do aluno, porém os alunos encontraram dificuldade para responderem à Prova Brasil. Assim, consideramos que é difícil compreender como esses alunos que obtiveram um êxito durante o ano letivo, tenham obtido na Prova Brasil índices baixos, chegando até a alcançar índices insuficientes, porque eles não aprenderam.

É difícil desvendar dados que já estão prontos. As notas pesquisadas dos alunos infelizmente são documentos já registrados e não há como mudá-las, apenas podemos levantar questionamentos. É de se perguntar se essas notas são reais ou uma cumplicidade entre professores e alunos.

Dessa forma, diante dos resultados, consideramos que seja necessário questionar os critérios de avaliação estabelecidos na escola, ou seja, das avaliações internas e os critérios estabelecidos para as avaliações externas, pois nem sempre aquilo que vemos é, de fato, aquilo que vemos. Índices altíssimos de aprovação numa escola e índices baixíssimos de proficiência na Prova Brasil, mostrando uma discrepância entre ambos. O desempenho dos alunos na escola é, sim, refletido na Prova Brasil e isso só foi possível perceber quando analisamos, de fato, os critérios de avaliação. Portanto, tanto o sucesso quanto a qualidade adquirida pela escola foram questionáveis.

Por fim, esperamos que esta pesquisa tenha aguçado o desejo de outros pesquisadores pelo estudo do tema e que tenha nos despertado a investigar sempre, não acreditando em tudo que é mostrado.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (Coords.). **Indicadores da qualidade da educação**. São Paulo: Ação educativa, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília: DF, 2011.

_____. **Prova Brasil. Guia da Prova Brasil**. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/guia-prova-brasil-500108.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. **INEP. Resultados SAEB/Prova Brasil 2011**. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/resultados/>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

CARVALHO, Arlete Maria Cruz. Alcançando o sucesso escolar: fatores que auxiliam nesta conquista. **Vertentes** (UFSJ), v. 35, p. 69-76, 2010.

FERREIRA, Adriana Guerra. **Qualidade do Ensino de Matemática**: um estudo comparativo entre o desempenho

de alunos na escola e a Prova Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Matemática. Universidade Estadual de Santa Cruz/ UESC: Ilhéus-BA, 2012.

PARANDEKAR, Subas D. Identificação de boas práticas nas redes municipais de ensino que influenciam o desempenho dos alunos na prova Brasil. In: GATTI, Bernardete (Org). **Construindo caminhos para o sucesso escolar**. Brasília: UNESCO, Inep / MEC, Consed, Undime, 2008. p.63-94.

PEREIRA, Adriana da Silva Alves. **Sucesso Escolar de Alunos dos meios populares**: Mobilização Pessoal e Estratégias Familiares. Dissertação (Mestrado) em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG: Belo Horizonte, 2005.

SAMIA, Mônica Martins. **Territórios de aprendizagem**: cartografando experiências de sucesso escolar. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia/UNEB: Salvador, 2009.

SOUSA, José Vieira; FREITAS, Kátia Siqueira. Progestão: como articular a gestão pedagógica da escola com as políticas públicas da educação para a melhoria do desempenho escolar? **Módulo X**. Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2009.

UNICEF, PNUD, INEP-MEC. **Indicadores da Qualidade na Educação/Ação Educativa**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol. 28, n.28, p. 5-23, 2005.

Notas

1 A Matriz de Referência apresenta o objeto de uma avaliação e é formada por um conjunto de descritores que mostram as habilidades que são esperadas dos alunos em diferentes etapas de escolarização e passíveis de serem aferidas em testes padronizados de desempenho. Informações disponíveis em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/matriz-de-referencia/>>.

2 As descrições desses níveis da escala de desempenho de Língua Portuguesa - 5º e 9º Ano do Ensino Fundamental podem ser encontradas em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/2011/escala_desempenho_portugues_fundamental.pdf>.

Recebido em 14 de agosto de 2016.

Aceito em 15 de novembro de 2016.